

Do não padrão ao padrão: prática de análise contrastiva na sala de aula

(From Non-Standard to Standard Brazilian Portuguese
through contrastive analysis in the classroom)

Monique Débora Alves de Oliveira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

mnqdr@gmail.com

Abstract: This paper presents a handbook for the teaching of standard Brazilian Portuguese to students of the 6th grade. It is motivated by the goals of an educational linguistics that focuses on the appreciation of the students' speech and also by a methodological view that contrasts the students' speech against the standard Brazilian Portuguese through a contrastive analysis, revealing the structures of the linguistic varieties at stake. A review of other handbooks shows a lack of commitment to the main ideas of the sociolinguistic theory concerning linguistic variation. This sustains the proposal of a handbook which aims to be in line with these ideas and to contribute to the debate of the implementation of these ideas in the classrooms.

Keywords: Sociolinguistics; linguistic education; Brazilian Portuguese.

Resumo: Este artigo apresenta um material didático de ensino da norma padrão para alunos do sexto ano do ensino fundamental. Esse material se justifica por estar em linha com os objetivos de uma Educação Linguística que prima pela valorização da fala do aluno na escola e por utilizar uma metodologia, chamada de análise contrastiva, que revela a esse aluno as estruturas da sua fala e da norma padrão do português brasileiro. Uma revisão de livros didáticos em que se nota a ausência de um aporte sociolinguístico mais profundo para a questão da variação linguística sustenta a proposta desse material para suprir uma lacuna e contribuir para o debate a respeito da implementação dos ideais sociolinguísticos em sala de aula.

Palavras-chave: Sociolinguística; educação linguística; português brasileiro.

Introdução

Desde seus primórdios, o ensino de língua portuguesa no Brasil esbarrou no conflito entre a língua ensinada e aquela utilizada pelo alunato. Isso pode ser observado a começar pela Companhia de Jesus, cujo trabalho ultrapassava os limites do discurso religioso e interferia na questão linguística. Nossos índios catequizados, além do contato escrito de sua própria língua, podiam ter acesso ao português através dos ensinamentos jesuítas. Com o avanço do tempo e a imposição da língua do colonizador, e, por conseguinte, a proibição da língua nacional, por Marquês de Pombal, mais uma vez em nossa História, a língua ensinada nas escolas divergia do conhecimento linguístico com que os alunos chegavam a esse espaço do conhecimento.

Como já ocorria, a situação de (in)definição linguística no Brasil, no que tange à resolução do conflito “língua vernácula” *versus* “língua padrão”, muitas das vezes deixa o aluno confuso em relação à sua língua materna e, conseqüentemente, preconceituoso, uma vez que essa língua, às vezes, é tida como “errada” ou “defeituosa”. Apesar do avanço que a sociolinguística apresentou nos últimos cinquenta anos, há como confirmação

disso os estudos introduzidos por Labov e desenvolvidos, no Brasil, por pesquisadores como Tarallo (1985), Duarte (2012) e Faraco (2008), entre outros, ainda há uma distância entre o conhecimento delimitado na academia e os conteúdos veiculados para nossos alunos, em nossas escolas.

Consoante os estudos desenvolvidos no ambiente universitário no que diz respeito especificamente à questão da variação linguística apresentada no português brasileiro (PB), orientações oficiais, propostas pelo Ministério da Educação (MEC), através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), deliberam sobre a inserção desse assunto nos materiais didáticos. Entretanto, apesar de haver esse direcionamento, diversos trabalhos têm apontado para a distância entre as delimitações oficiais e seu acatamento por parte daqueles que conseguem ganhar as licitações para a venda dos livros didáticos veiculados pelo nosso país.

Esse panorama nos levou à busca por trabalhos, ou seja, manuais, materiais ou livros didáticos que considerassem a variação linguística como assunto relevante, uma vez que é através da discussão desse assunto que os alunos podem tornar-se conscientes das várias possibilidades de manifestação de uma língua. Somente através do estudo das variedades linguísticas é possível perceber na língua as diversas possibilidades de uso, os aspectos gramaticais que caracterizam cada variedade e as regras que há no uso de cada variante.

Nos Estados Unidos, podemos detectar semelhante conflito entre a língua falada na comunidade em que vivem os alunos e a variedade linguística proposta pela escola, quando estudamos o que ocorre com alunos falantes do *Black English* em fase de aprendizado escolar. Nosso trabalho baseia-se nas orientações didáticas desenvolvidas por Rebecca Wheeler e Rachel Swords (2006), pautadas no objetivo de conduzir o estudante de língua à *análise contrastiva* de variedades linguísticas.

Na segunda seção deste artigo pretendemos discutir a necessidade de inserção da variação linguística ao longo do material didático para ensino de língua portuguesa, revisando as bases que defendem essa ideia. Na terceira seção, apresentamos a realidade de nossos materiais didáticos atuais, ressaltando como a questão da variação linguística é abordada. Isso será feito através de algumas análises que já foram realizadas acerca dos livros didáticos que são, geralmente, aceitos pelo governo. Para além dessa discussão, apresentamos, na quarta seção, tanto as bases que nos serviram quanto o material que desenvolvemos a partir da lacuna que havia de se trabalhar as variedades linguísticas de modo contundente. Finalmente, nas considerações finais, apontamos os trabalhos que estão em desenvolvimento e discutimos a função de linguista que deveria ser delegada a cada professor comprometido com essa abordagem.

Educação linguística, análise contrastiva e Alternância de Código

O trabalho desenvolvido está ancorado na sociolinguística variacionista, tal qual proposta por Labov, no início da década de 1960. No Brasil, seus estudos desencadearam diversos trabalhos sobre variação e mudança linguística no PB. O desenvolvimento dessa área de pesquisa revelou-se promissor para a desmitificação de algumas ideias sobre a variação da fala, que era julgada como “caótica, aleatória, desprovida de qualquer regularidade significativa e interessante” (PAIVA; DUARTE, 2006, p. 133). Esse reconhecimento da heterogeneidade linguística, mediante o qual foi permitido atribuir um padrão à variação, contribuiu para delegar maior importância ao estudo da variação linguística.

Numa perspectiva de língua como sistema de regras invariantes e contextualmente independentes, os elementos componentes do sintagma nominal (SN), numa língua como o português brasileiro, por exemplo, devem receber uma marca de plural. A ausência de concordância (os menino bonito, por exemplo) é, dentro dessa perspectiva, uma “infração” cometida por falantes que “desconhecem” a regra. Ora, aprender a língua como inerentemente variável significa, antes de tudo, reconhecer a natureza e amplitude dessa infração dentro do próprio sistema. (PAIVA; DUARTE, 2006, p. 133-134)

A discussão sobre a necessidade do aprendizado da língua como algo “inerentemente variável”, como supracitado, não somente norteou diversos trabalhos ao longo dessas quatro décadas desde a fundamentação empírica da sociolinguística variacionista, como também proporcionou o reconhecimento da legitimidade do estudo da variação linguística como primordial no ensino de língua portuguesa ao sinalizar a falta de homogeneidade linguística no Brasil.

A partir dos fundamentos lançados pelos estudos sociolinguísticos, um ensaio com uma proposta de Educação Linguística (BAGNO; RANGEL, 2005) contribuiu sobremaneira para nossa reflexão sobre a importância de se colocar na prática, em materiais didáticos de ensino de língua portuguesa, a heterogeneidade linguística. Bagno e Rangel (2005) debatem sobre as “tarefas da Educação Linguística no Brasil” em seu artigo homônimo. Os autores apresentam-nos a educação linguística como

[...] o conjunto de fatores socioculturais que, durante toda a existência de um indivíduo, lhe possibilitam adquirir, desenvolver e ampliar o conhecimento de/sobre sua língua materna, de/sobre outras línguas, da linguagem de um modo geral e sobre todos os demais sistemas semióticos. (BAGNO; RANGEL, 2005, p. 63)

Para os autores, portanto, a educação linguística está relacionada ao conhecimento que o falante recebe, de acordo com seu acesso à cultura escolar, sobre língua materna, línguas estrangeiras, ou linguagem de um modo mais geral. Ainda de acordo com os autores, esses saberes acumulados não só são responsáveis pelas crenças, mitos e superstições que permeiam nosso conhecimento linguístico como também pelo aprendizado das normas de adequação linguística, de acordo com situação de fala.

Essa educação começa, portanto, desde as primeiras interações do indivíduo com a família e comunidade com a qual essa criança convive. A escola é apresentada, no Brasil, como a responsável pela educação linguística institucionalizada, na qual o indivíduo constrói todo o seu imaginário linguístico, envolvendo questões como o que é certo ou errado em uma língua e também o que é feio ou bonito em uma língua. No decorrer do artigo, Bagno e Rangel (2005) discutem como a educação linguística encontra-se em crise no nosso país, uma vez que o ensino de língua portuguesa, nas escolas, muitas das vezes, torna-se um ensino de distorções, mal-entendidos e preconceitos. Ao assentar a educação linguística como tarefa principal da escola, no que tange ao ensino de línguas, os linguistas sugerem temas que devem se tornar primordiais na busca de uma educação linguística de qualidade: promover a reflexão linguística, tratar da pluralidade linguística do Brasil, abordar os conceitos de *norma*, *variação* e *mudanças linguísticas*.

Ao se levar em consideração a ideia de educação linguística supracitada, um material didático, portanto, deve ter compromisso com a mesma, na medida em que propõe uma maneira de educar linguisticamente, através da conscientização do aluno acerca da

heterogeneidade linguística. A ideia de um material didático ancorado em tal princípio faz com que seja possível um meio de ensino/aprendizagem de língua portuguesa que possa tomar para si a responsabilidade de levar o aluno à reflexão do estudo da língua. Através dessa reflexão, o aluno tem a possibilidade de construir conceitos, amparados pelas teorias linguísticas variacionistas, sobre certo e errado na língua bem como sobre as normas linguísticas e a adequação necessária a elas.

A proposta de aplicação de uma educação linguística (BAGNO; RANGEL, 2005) configurou também uma das tarefas do material didático a ser apresentado neste artigo. Tratar da questão da variação linguística é a base para promover a reflexão linguística, abordar o conceito de norma, gerar a consciência da mudança linguística e tratar da pluralidade linguística. Essas ações, juntas, podem, no âmbito de um material didático, constituir base para que um professor de língua portuguesa seja capaz de trabalhar em prol de uma educação linguística de qualidade.

As pesquisas em sociolinguística têm se desenvolvido cada vez mais no Brasil e é consensual a certeza de que a língua não é homogênea (Bagno, Bortoni-Ricardo, Faraco, Mollica, Tarallo entre outros), no entanto sabemos que ainda há barreiras entre esse conhecimento acadêmico e o que é aceito e ensinado nas escolas. Em relação, principalmente, à inserção desses saberes nos materiais didáticos, dada a diversidade do leque de conteúdos que devem compor esse tipo de suporte escolar, levar à escola um ensino de língua portuguesa a partir dos conhecimentos advindos da noção de variação linguística apresenta-se como um grande desafio da sociolinguística aplicada atual.

Como possibilidade de solucionar esse desafio, nos baseamos no trabalho desenvolvido por Wheeler e Swords (2006), para produzir um material didático voltado para o ensino de língua portuguesa via ensino da variação linguística. Rebecca Wheeler trabalhou em conjunto com Rachel Swords, uma professora de ensino fundamental, levando para a sala de aula os estudos acerca da variação linguística desenvolvidos na universidade. Em seu livro *Code-Switching: teaching standard English in urban classrooms* (2006), as autoras discutem as teorias linguísticas que amparam esse método de ensino e também relatam a experiência de colocar em prática essas teorias. O inglês não padrão (*Nonstandard English*), conhecido como *black English*, é muito estigmatizado, assim como algumas variantes das normas do português não padrão. Nos Estados Unidos, em comunidades nas quais essa variedade linguística é amplamente utilizada, a escola, como toda instituição de ensino, então, recebe o papel de corrigir esse *inglês defeituoso*. De igual maneira, Swords também delegava para si o papel de *corretora* em sua prática docente. No entanto, a partir do trabalho desenvolvido em conjunto com Wheeler, Swords pôde realizar uma troca em sua metodologia de ensino: o abandono da abordagem de correção e a consequente adoção de uma abordagem de *análise contrastiva*, levando os alunos à prática de alternância de código (*Code-switching*). Em referência à nova prática adotada por Swords em suas aulas de língua inglesa, Wheeler aponta que “ela não corrige a língua de seus alunos. Em vez disso, ela pede aos alunos que façam a alternância de código, ou seja, escolham a forma linguística apropriada ao contexto” (2006, p. 8, tradução nossa).¹ Esse trabalho foi desenvolvido não de forma pontual através de encontros ocasionais, mas de forma contínua durante as aulas de inglês, o que pôde conduzir os alunos à reflexão linguística.

¹ No original: “She doesn’t correct this student’s language. Instead, she asks the child to code-switch – that is, to choose the language appropriate to the context.”

O trabalho de Wheeler e Swords (2006) revelou a possibilidade concreta de se realizar um ensino de língua através da prática da *análise contrastiva* entre as regras de variedades linguísticas diferentes, sejam elas normas de prestígio ou estigmatizadas. Uma vez que se trata do estudo formal de variantes de uma mesma variável, é necessário haver uma teoria linguística que, para além da constatação da variação linguística, possa também servir como suporte para o estudo das regras que explicam o uso de cada variante. A sociolinguística de base paramétrica, tal como proposta por Tarallo e Kato (1989), gerou trabalhos nessa área que constituíram a base formal do nosso trabalho.

Dentro do proposto pelos estudos da sociolinguística de base paramétrica, Kato (2005) propõe algo semelhante ao trabalho desenvolvido por Wheeler e Swords ao contrastar o que é conhecido como gramática nuclear de um indivíduo com periferia marcada, inserindo a gramática aprendida na escola nessa última. A pesquisadora baseia-se em Chomsky (1981; 1986) para afirmar que essa periferia “pode abrigar fenômenos de empréstimos, resíduos de mudança, invenções, de forma que os indivíduos da mesma comunidade podem ou não apresentar esses fenômenos de forma marginal” (KATO, 2005, p. 133). A partir dessa ideia, Kato propõe que possa ser detectado no falante letrado um “tipo particular de bilinguismo, que faz alternância de código (*code-switching*) entre a G1 nuclear e a G2 periférica marcada” (KATO, 2005, p. 143).

Esses olhares das variedades linguísticas como diferentes formas cabíveis na língua, cada forma com suas regras e com seus contextos, nos forneceram suporte para lançarmos uma proposta de ensino de língua, pautado na *análise contrastiva* entre variantes linguísticas e voltado para a prática de alternância de código. Essa base nos possibilitou elaborar um material didático de ensino de língua portuguesa que pudesse não só levar em consideração os princípios de educação linguística como também proporcionasse um meio de realizar a análise contrastiva de variantes diferentes para se chegar a uma possível alternância de código, por parte do aluno.

Na próxima seção, abordamos alguns materiais didáticos já desenvolvidos no Brasil e algumas análises realizadas sobre eles.

Análises de livros didáticos

Nosso *corpus* de análise foi composto de duas partes: a primeira serviu de suporte para uma nova avaliação do que tem sido feito nos livros didáticos em relação ao tema da variação linguística, conforme será explicado em breve. Para essa primeira parte, utilizamos livros didáticos que serão apresentados mais à frente. Já a segunda parte foi empregada para ancorar nossa elaboração de um material didático sobre como trabalhar essa questão da variação linguística, e, para isso, abordamos o trabalho de Wheeler e Swords (2006), como também será esclarecido adiante.

Uma vez que nosso trabalho tinha por objetivo produzir um material didático, a primeira parte do nosso *corpus* é composta por análise de livros didáticos. No entanto, primamos pela revisão das análises já realizadas, uma vez que a verificação da abordagem que os livros didáticos adotavam em relação à inserção da variação linguística em seus capítulos já fora realizada em inúmeros trabalhos. Diversas pesquisas exploraram esse campo de interesse, no Brasil ao longo dos últimos anos, como pode ser visto nos trabalhos

de Coelho (2007), Manini (2009) e Rodrigues (2010). Essa exploração levou a constatações, por exemplo, como a de que a abordagem da variação linguística encontrava-se em um capítulo isolado e, nos demais capítulos, havia tão somente o ensino prescritivo da norma padrão, tal qual definida por Faraco (2008).

Embora tenhamos nos voltado para o que já havia sido identificado, ainda realizamos uma análise embasada em questões que constituíram a motivação para o desenvolvimento do nosso material didático. Como já referido, diferentes pesquisadores se debruçaram sobre os livros didáticos para apontar críticas em relação à inserção da variação linguística nesses materiais. Após a constatação dos resultados encontrados por Coelho (2007), Manini (2009) e Rodrigues (2010), algumas questões ainda nos atraíam, como: a) a variação linguística é apenas referida em um capítulo isolado, como um conteúdo (assim, como o conteúdo de sintaxe ou morfologia)? b) *há análise dos fenômenos linguísticos de acordo com a Teoria da Variação ou esses fenômenos fazem referência apenas à norma padrão, como definida por Faraco (2008)?*

Dessas análises e dessas questões, surgiu o interesse por elaborar um material didático que prezasse, de modo radical e comprometido, os estudos desenvolvidos pela sociolinguística variacionista. A variação linguística pode ser estudada nos diferentes tópicos de descrição gramatical, no entanto, a mesma tem sido abordada como um tópico a mais, em um capítulo isolado. Disso surge um primeiro problema ao nos perguntarmos *que abordagem pode ser utilizada para trabalhar com a variação linguística ao longo do material didático?*

No entanto, em nossa abordagem não bastaria apenas lidar com a variação linguística ao longo do livro, se a educação linguística permanecesse inalterada. Como consequência da forma como são *educados linguisticamente*, muitos alunos exercem o preconceito linguístico subentendido nas atitudes dos professores, ao valorizarem um modo certo de se falar e denegrirem um modo errado de se falar. Assim, mais um questionamento nos acometeu: *de que modo o preconceito linguístico pode ser combatido através do ensino da variação nos livros didáticos?*

Combater o preconceito linguístico é algo promissor, e garante o direito linguístico que o cidadão tem de utilizar sua variedade linguística sem ser subestimada, no caso de uma variedade desprestigiada. Sabemos que é o objetivo da escola ensinar as variantes da dita norma padrão, de prestígio, no entanto isso não significa considerar as variantes da norma popular como *inferiores*. Desse pensamento, provém nosso último questionamento: *como criar condições de ensino das regras das variantes de prestígio sem denegrir as variantes estigmatizadas, mostrando que essas têm regras e não são inferiores?*

Essas questões foram geradas a partir da análise que realizamos de um *corpus* de análise estruturado da seguinte maneira: dois livros didáticos do sexto ano e dois do ensino médio; em ambos os casos com o mesmo autor, mas de edições diferentes. O motivo dessa escolha era verificar se, em novas edições, o livro seria reformulado para atender às determinações do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), quanto à inserção da variação linguística. Nas duas obras, a diferença de uma edição para a outra é de onze anos. A primeira obra escolhida foi *Português: linguagens*, do sexto ano. Esse livro, elaborado por Willian Cereja e Thereza Cochar Magalhães, foi editado, pela primeira vez em 1998, e foi com essa edição que trabalhamos. Tempos depois, houve novas edições,

entre as quais escolhemos a 5ª edição reformada, de 2009. A segunda obra escolhida se intitula *Português: volume único* e foi elaborada por Domingues Maia. Utilizamos a primeira edição, de 2000, e também a de 2011. Em nenhuma das obras analisadas nossos questionamentos eram atendidos.

Além dessa análise pura de livros didáticos, com base em novas perguntas, ainda pretendíamos verificar o quanto o trabalho realizado por Wheeler e Swords (2006), voltado para professores, poderia ser útil para o nosso material voltado para alunos. Nesse material, as autoras criaram um manual para se trabalhar com a variação linguística via prática de Alternância de Código, como já referido na seção anterior. Pretendíamos analisar esse material voltado para os docentes, pois o mesmo também nos interessava, uma vez que almejávamos também lançar bases de ensino voltadas para o professor do ensino básico. O material elaborado por Wheeler e Swords (2006) configura uma espécie de guia sobre como trabalhar os fenômenos linguísticos do inglês não padrão em análise contrastiva com os do inglês padrão.

Amparados nessa fundamentação teórica, uma proposta foi delimitada. Pretendíamos elaborar um material didático que atendessem à demanda de nossos questionamentos acima, ou seja, um material que utilizasse a noção de variação linguística através da análise obtida pelo contraste de variantes de uma norma não padrão e com as de uma norma padrão, com o objetivo de conduzir o aluno à Alternância de Código.

Na próxima seção apresentaremos nosso material didático e também abordaremos sua aplicação em uma escola municipal do Rio de Janeiro.

A elaboração do material didático

Propor um material didático em meio à colossal produção de materiais didáticos parece algo um tanto desanimador, uma vez que, por razões óbvias, já há bastantes trabalhos nesse sentido. No entanto, baseados em toda fundamentação já apresentada, julgamos haver necessidade de elaboração de um material de acordo com o que pretendíamos. Uma vez constituída a nossa base, começamos a delimitar outros objetivos importantes para elaboração do material, como o fenômeno linguístico a ser abordado, textos que seriam utilizados, público-alvo, entre outros aspectos.

No que tange aos fenômenos do PB que apresentam variação entre a norma não padrão e a padrão, a concordância de número no nível do sintagma nominal (SN) é um dos que gera mais segregação social e, conseqüentemente, o preconceito linguístico. Em termos de fala, a não marcação do plural, de acordo com a *Educação Linguística* vigente, constitui clara distorção das regras e desconhecimento do falante em relação ao único modo correto de se produzir um SN plural, em língua portuguesa. Um falante que produz (1) em vez de (2) é considerado, muitas das vezes, é acusado do *crime* de *ignorante*, alguém que não frequentou a escola.

- (1) Comprei umas camisa legal.
- (2) Comprei umas camisas legais.

No entanto, é possível que o acusador, em diversos momentos de *informalidade* e *não monitoramento* de suas atividades linguísticas, tenha cometido o mesmo crime. Ora, o projeto Norma Urbana Culta (Nurc) já detectou, em falantes considerados cultos, ocorrências

da não marcação de plural no nível do sintagma nominal. Essa constatação muito serviu para se traçar um perfil linguístico desse tipo de falante. Entretanto, ainda hoje, por mais absurdo que possa parecer, a maior parte dos falantes não tem consciência disso e a mídia brasileira apenas ressalta o *erro* que há por trás de um SN cujo plural não foi realizado de acordo com a norma padrão. Os livros didáticos, por sua vez, fazem pouca menção a esse tipo de variação diastrática e apresentam a concordância apenas de acordo com o que se espera de um falante escolarizado.

Não discordamos de modo nenhum da função escolar de fazer com que o aluno tenha acesso à norma padrão, o que é um dos objetivos principais da escola, uma vez que essa norma representa, em nossa sociedade, um requisito para a entrada em determinados espaços. A elitização de uma norma já faz parte da nossa história, o que torna a tarefa de removê-la bastante árdua. Esse, porém, não era nosso objetivo principal. Contudo, como a necessidade de levar o aluno à compreensão daquilo que ele fala, através da *análise contrastiva*, constituía um dos nossos objetivos principais, consideramos esse fenômeno gramatical em discussão nosso primeiro passo na elaboração desse material.

Decidido que iríamos nos debruçar sobre a concordância no SN, tanto na norma não padrão quanto na padrão, passamos à seleção dos textos. Era necessário descobrir textos em que pudéssemos encontrar tanto exemplos de uma norma quanto exemplos da outra. Tal empreendimento não é tarefa fácil uma vez que há muitos textos com exemplos da norma padrão e poucos em que há, na escrita, ocorrências da norma não padrão. Delimitamos, então, que nossos textos estariam vinculados ao universo musical, para que pudéssemos utilizar tanto letras de canções quanto entrevistas com músicos, o que poderia aumentar as realizações do plural em sintagmas tanto da norma padrão quanto da norma não padrão. A Figura 1, a seguir, ajuda a compreender nossas escolhas.

Norma não-padrão	Norma padrão
“ <i>Nada como um dia após o outro dia</i> ”, Mano Brown.	“ <i>Podres poderes</i> ”, Caetano Veloso.
Entrevista com “Os Racionais”.	Entrevista com Chico Buarque de Holanda.
“ <i>Negro drama</i> ”, Os Racionais.	“ <i>A cidade ideal</i> ”, Chico Buarque de Holanda.

Figura 1. Tabela dos textos selecionados

A partir desses textos relacionados ao universo musical, teríamos exemplos suficientes para traçar o que nosso material didático pretendia ser. Com os textos selecionados, elaboramos primeiramente um roteiro desse material para que pudéssemos traçar o que se esperava tanto do material quanto do aluno a cada etapa de desenvolvimento do assunto.

A elaboração se deu de acordo com o que será descrito a seguir. Nossa clara intenção era a de conduzir o aluno do sexto ano do ensino fundamental à análise contrastiva entre a regra de formação de plural dentro do SN na norma não padrão e na padrão. Dessa forma,

inicialmente inculcamos no aluno a ideia de identidades de super-heróis, para que ele pudesse começar a ter consciência de que, em termos de língua, podemos assumir papéis sociais diferentes. Para representar isso, apresentamos os personagens de *Os Incríveis*, que assumem identidades diferentes. A partir disso, em um box no material, explicamos que, em relação à língua, os falantes também podem circular entre o uso de determinadas expressões linguísticas (variantes). Nosso objetivo com isso era a conscientização da alternância de código que é possível fazer entre essas variedades.

Em seguida, apresentamos os primeiros textos, descritos na Figura 1. Para cada par de textos, havia exercícios que buscavam conduzir o aluno, de algum modo, ao contraste das variantes em análise. Assim, com esse primeiro par, tínhamos o objetivo de levar o aluno à procura de SNs, singular ou plural, das duas variedades em contraste. O primeiro texto sempre era referente à norma não padrão e o segundo, à padrão. O objetivo dessa escolha era partir da norma que o aluno de sexto ano traz para a sala de aula. A Figura 2 ilustra o exercício que descrevemos sobre o primeiro par de textos.

Artigos, substantivos e adjetivos retirados dos Textos			
I		II	
Singular	Plural	Singular	Plural
As respostas vão depender de Cada trecho: 1, 2 ou 3.	As respostas vão depender de Cada trecho: 1, 2 ou 3.	As respostas vão depender de Cada trecho: 1, 2 ou 3.	As respostas vão depender de Cada trecho: 1, 2 ou 3.

Professor, é possível que os alunos tenham atitudes preconceituosas em relação às variantes não-padrão. Como talvez seja o primeiro contato que eles estão tendo com essas variantes na forma escrita, é provável que haja esse tipo de atitudes. É o momento de interferir, convidando os alunos à busca por regras naquilo que eles estão criticando!

Figura 2. Separação entre as normas não padrão e padrão

Antes de passar para o segundo par de textos, inserimos um texto que pudesse, em linguagem acessível, instruir o aluno acerca de informações relevantes sobre variação linguística. Para melhor compreensão do nosso objetivo com essa *pausa*, o texto está anexo, no final deste artigo. Assim, a partir das informações que disponibilizamos para os alunos, pudemos, finalmente, separar, com essa terminologia, português não padrão de português padrão. A partir dessa parte do material, nosso objetivo era fazer com que o aluno tivesse uma visão bastante clara sobre essas duas normas e as variantes encontradas nos textos referentes a elas, para que ele fosse conduzido às regras de formação de plural nas duas variantes. O segundo par de textos serviu, portanto, para que o aluno começasse a identificar essas regras.

Uma vez que o aluno foi conduzido ao conhecimento formal, tanto de uma norma quanto da outra, havia uma tabela para ser preenchida por ele, com as regras de formação de plural. Para cada norma havia uma tabela, de modo que o aluno foi colocado como o responsável pelo preenchimento, porquanto ele já possuía essa capacidade, depois de realizados os exercícios anteriores. Essa etapa pode ser considerada a parte mais formal desse material, pois os alunos são levados ao conhecimento da estrutura. O terceiro e último par de textos foi apresentado logo após essa parte formal com o objetivo de conduzir

o aluno à prática da alternância de código, uma vez que ele já contrastara as variantes em questão. Retiramos os sintagmas nominais, tanto singular quanto plural, desses textos e os colocamos, não flexionados, em uma tabela. Indicamos ao aluno a que norma pertencia cada texto e ele teria a missão de completá-la, utilizando as regras de formação tanto da norma não padrão quanto da padrão. Após essa atividade, os alunos deveriam produzir dois textos, com os mesmos objetivos do exercício anterior, para novamente praticarem a alternância de código entre as variedades contrastadas.

Uma vez elaborado o material didático, respeitando-se as etapas anteriormente descritas, era necessário aplicá-lo em uma turma de sexto ano com o objetivo de verificar sua adequação aos alunos. Como nosso objetivo era realizar esse teste em uma turma do ensino da rede pública do município Rio de Janeiro, primeiramente precisávamos passar pelos trâmites burocráticos que envolvem tal processo. Para qualquer trabalho receber autorização para aplicação em alguma escola da rede é necessário enviar uma cópia do projeto e aguardar o mínimo de trinta dias para o deferimento ou não da solicitação. Realizamos o requerimento de autorização, que foi deferido no tempo estabelecido. A partir dessa liberação, obtivemos carta de apresentação para realizar o trabalho na escola escolhida.

A Escola Municipal Thomé de Souza faz parte da oitava Coordenadoria Regional (8ª CRE) e é localizada próxima a uma comunidade da zona oeste do Rio de Janeiro, Coréia, e recebe alunos de diversas comunidades do entorno. No ano de aplicação desse projeto, 2012, a escola havia recebido alunos de diferentes localidades do município. Isso se deu pelo fato de que famílias de distintas comunidades receberam apartamentos do Governo. Isso explica a diferença de níveis de conhecimento que há, na escola, entre alunos de um mesmo ano ou turma. Há desde os alunos que frequentavam boas escolas em suas comunidades de origem até aqueles que, por problemas familiares, frequentaram poucas vezes uma escola. Essa heterogeneidade na escola é revelada também no âmbito linguístico, uma vez que há tanto alunos com algum domínio da norma padrão, no que tange à concordância de número dentro do SN, quanto aqueles que não possuem qualquer domínio dessa norma.

Foi necessário que descrevêssemos esse quadro para contextualização do conhecimento linguístico dos alunos com os quais trabalhamos. Selecionamos, de uma turma de quarenta, oito alunos que estivessem com a autora desse artigo, na condição de professora, estudando o que era proposto por nosso material. Durante quatro aulas de uma hora e quarenta cada, em semanas não consecutivas, trabalhamos o conteúdo do material. A princípio, havia muita dificuldade devido ao baixo nível de conhecimento linguístico dos alunos. Eles não sabiam, por exemplo, o que era um artigo, um substantivo ou um adjetivo. Portanto, foi necessário ultrapassar essas barreiras. Além disso, o grupo era unânime em afirmar que a forma de realização do plural de acordo com a norma não padrão era errada, apesar de frequentemente fazerem uso dessa variedade em nossas aulas. A pausa que fizemos para que eles pudessem ter algum conhecimento sobre variação linguística (texto em anexo) foi essencial para que eles conseguissem entender nossa proposta. No final das aulas, os alunos compreenderam que havia regras tanto no uso não padrão quanto no padrão, e que saber adequar essas variedades às situações de uso faz com que o indivíduo possa alternar entre suas identidades.

Passemos agora às considerações finais.

A sala de aula como espaço para reflexão linguística

Ao longo deste artigo, foram discutidas questões acerca da inserção da variação linguística em materiais ou livros didáticos, acatando determinações oficiais, como as do MEC e do PNLD. Nossa língua padrão encontra-se tão afastada das variedades linguísticas em uso, principalmente a dita não padrão, que os alunos têm dificuldades em seu aprendizado. Quando ocorre esse aprendizado, há uma espécie de bilinguismo (KATO, 2005) através do qual o falante pode realizar alternância de código. Embora esse quadro já esteja disposto de tal maneira há muito tempo, nossos livros didáticos insistem no ensino puro e único da norma padrão.

Diante desse quadro, propusemos e elaboramos um material que aborda um dos principais fenômenos de diferenciação entre a norma não padrão e a padrão: a concórdância de número dentro do SN. Esse material foi elaborado com o intuito de mostrar que é possível realizar um trabalho que esteja comprometido com a *Educação Linguística* de nossos alunos e com a neutralização do preconceito linguístico que há em torno de algumas variedades linguísticas. Dentro da gama de variantes estigmatizadas, propor um material que abarque somente um fenômeno parece algo de pouco alcance; no entanto, acreditamos que há outros linguistas comprometidos com a ética para *educar linguisticamente* os alunos espalhados pelo Brasil. Dessa maneira, nosso trabalho não se finaliza por aqui, encerrado em um artigo acadêmico restrito a um público dessa área. Já estamos elaborando materiais referentes a outros aspectos do PB não contemplados pela norma padrão em vigência, como o quadro pronominal, por exemplo.

Além do nosso compromisso, acreditamos ainda que a amplitude de conhecimento que nos tem sido delegado nas últimas cinco décadas pela sociolinguística está, aos poucos, deixando de pertencer somente à academia e adentrando sorrateiramente pelas portas da escola. Há cada vez mais trabalhos interessados em divulgar a variação linguística, ou melhor, levá-la para a sala de aula. Esse é o espaço em que, de fato, os assuntos pertinentes à língua devem ser discutidos. É através da reflexão sobre as várias possibilidades de realização de uma língua que indivíduos podem fazer um uso consciente da mesma. Dessa forma, torna-se imprescindível a formação linguística dos nossos professores no campo de trabalho. Essa é a condição *sine qua non* para que nossos alunos sejam *educados linguisticamente* da maneira como devem ser: sem crenças em mitos ou superstições, mas com fundamentos linguísticos que se prestem à compreensão e ao uso das regras que determinam a realização de cada variante.

Sabemos que toda mudança acontece de modo gradual, pois construir algo é tarefa muito mais árdua do que destruir. A sociolinguística, enquanto teoria linguística, não objetivou destruir conceitos que havia acerca das línguas, mas acrescentar bases para o estudo da mudança linguística. Nos últimos cinquenta anos, muito se desmitificou a respeito do conceito de erro linguístico. Principalmente em relação às variedades rurais, a divulgação da teoria sociolinguística tem contribuído de forma significativa no combate ao preconceito linguístico. Em relação à variação diastrática, no entanto, dentro das escolas, esse assunto é pouco trabalhado pelos professores de língua portuguesa. É em relação a esse quadro o nosso comprometimento com o ensino de língua portuguesa que possa conduzir o aluno à *análise contrastiva* de algumas variedades linguísticas, a consequente *Alternância de Código* e a conscientização de nossos alunos sobre o que é relevante para a sua *Educação Linguística*.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, M. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BAGNO, M.; RANGEL, E. Tarefas da Educação Linguística no Brasil. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 5, n. 1, p. 63-81, 2005.
- COELHO, P. *O tratamento da variação linguística no livro didático de português*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- DUARTE, M. *O sujeito em peças de teatro: estudos diacrônicos*. São Paulo: Parábola Editorial 2012.
- FARACO, C. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- KATO, M. A gramática do letrado: questões para a teoria gramatical. In: MARQUES, M. A.; KOLLER, E.; TEIXEIRA, J.; LEMOS, A. S. (Org.). *Ciências da linguagem: trinta anos de investigação e ensino*. Braga: CEHUM (Universidade do Minho), 2005. p. 131-145.
- MANINI, D. *A gramática e os conhecimentos linguísticos em livros didáticos de língua portuguesa para o ensino fundamental II (5ª a 8ª séries)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- PAIVA, M.; DUARTE, M. Quarenta anos depois: a herança de um programa na sociolinguística brasileira. In: WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. (Org.) *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- RODRIGUES, S. *O português não-padrão no universo de livros didáticos do ensino médio: posições discursivas*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2010.
- TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1985.
- TARALLO, F.; KATO, M. *Harmonia trans-sistêmica: variação intra- e inter-lingüística. Preedição 5*. Campinas, SP: Unicamp, 1989.
- WHEELER, R.; SWORDS, R. *Code-Switching: teaching standard English in urban classrooms*. Urbana: IL, National Council of Teachers of English, 2006.
- _____. *Code-Switching lessons grammar strategies for linguistically diverse writers. Grade 3-6*. Portsmouth, NH: Heinemann, 2010.

ANEXOS

Vamos fazer uma pausa?

Nós sempre ouvimos falar de língua portuguesa e sabemos que estudamos essa língua na escola... No entanto, vamos pensar em algumas questões:

1- Só a língua portuguesa é falada no Brasil?

Não, existem mais de 200 línguas faladas no Brasil, embora talvez você nunca tenha visto alguém falar algumas delas... São línguas indígenas, e outras línguas como a língua brasileira de sinais (LIBRAS) o italiano, o espanhol, o japonês e outras faladas por algumas comunidades brasileiras. As pessoas dessas comunidades, na maior parte dos casos, falam o português e a língua da sua comunidade. Podemos dizer que somos um país plurilíngue, pois temos uma *pluralidade* de línguas no nosso território.

2- Então, por que nós só estudamos a língua portuguesa na escola?

Porque essa é a língua oficial do nosso país e falada pela maior parte das pessoas. Assim, os jornais, a televisão, as placas e outros meios de comunicação são escritos na língua portuguesa.

3- Mas já me disseram que as pessoas dos outros estados falam de modo diferente do meu. Isso é verdade?

Sim, é verdade, mas não significa que é impossível de você entender. As línguas variam, ou seja, apresentam diferenças. Uma mesma língua pode apresentar várias versões, e é o caso da língua portuguesa. Por diversos motivos, como distância de um lugar para o outro e influência de outras línguas, a língua portuguesa apresenta variações pelo Brasil. Isso faz com que as pessoas do Rio de Janeiro falem a palavra *tia* de modo diferente das pessoas que moram em Pernambuco, por exemplo. Há palavras que são próprias de alguns lugares, há sons característicos de outros lugares e várias outras diferenças. Isso não significa que são várias línguas portuguesas, mas sim variedades da língua portuguesa.

4- Onde eu moro, todos falam o mesmo português que eu, pelo menos não há palavras diferentes. Eu entendo, mas algumas pessoas falam errado.

Inclusive na mesma comunidade de fala, a língua varia. Geralmente um modo de falar é chamado de certo e outro, de errado. No entanto, essa ideia não é correta! Ao longo da história da língua portuguesa no Brasil, um modo de se falar, parecido com o que era ensinado nas gramáticas e que se falava em Portugal, foi constituído como o modo correto de usar a língua. As pessoas que não falavam igual às gramáticas eram consideradas erradas. No entanto, a língua não fica amarrada no livro chamado gramática, ela é usada todos os dias por milhares de brasileiros, pessoas trocam informações, convivem com o modo de falar das outras e isso vai provocando a mudança...

Os estudiosos da mudança da língua, umas pessoas que têm a profissão de linguista, declararam que não existe modo errado de se falar, mas provaram que existe um modo considerado **padrão (modelo)**, que está "preso" nas gramáticas, alguns **modos de se falar que se aproximam do padrão** e **alguns modos de falar que não são padrão**, pois parecem contrários à maior parte das regras do padrão. Esses modos de falar também recebem outros nomes. Os modos que se aproximam do padrão também são conhecidos como variedades cultas da língua portuguesa ou variedades de prestígio. Já os que não são padrão recebem o nome de variedades populares, estigmatizadas ou não-padrão.

O que queremos chamar a atenção aqui é que, como a língua varia, temos uma escala das variedades disponíveis para serem usadas. **Nenhum modo de falar é melhor ou pior do que outro**. Infelizmente, as variedades que não se aproximam do padrão recebem nomes de certo modo negativos, como a palavra *estigmatizada*. A Escola tem a função de ensinar as variantes próximas do padrão, pois isso possibilita ascensão social, mas não podemos menosprezar as outras variedades, cometendo o **Preconceito Linguístico**.

Fonte: elaboração da autora.